

ENSINO COLABORATIVO COMO APOIO A INCLUSÃO ESCOLAR DOS ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO INSTITUTO FEDERAL BAIANO

COLLABORATIVE TEACHING AS SUPPORT FOR THE SCHOOL INCLUSION OF TARGET STUDENTS OF SPECIAL EDUCATION AT THE INSTITUTO FEDERAL BAIANO

ENSEÑANZA COLABORATIVA PARA APOYAR LA INCLUSIÓN ESCOLAR DE LOS ESTUDIANTES PÚBLICO DESTINATARIO DE LA EDUCACIÓN ESPECIAL DEL INSTITUTO FEDERAL BAIANO

LICENÇA CC BY:

Artigo distribuído sob os termos Creative Commons, permite uso e distribuição irrestrita em qualquer meio desde que o autor credite a fonte original.



Tatiane da Silva Lima
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano)

Osni Oliveira Noberto da Silva
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Artigo recebido em: 31/03/2025

Aprovado em: 15/07/2025

Resumo: Este trabalho teve como objetivo analisar como o ensino colaborativo pode ser um suporte efetivo à inclusão escolar dos estudantes público-alvo da Educação Especial no Instituto Federal Baiano (IF Baiano). Para isso, foi realizada uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, na qual os dados foram construídos por meio de entrevistas semiestruturadas com docentes do Atendimento Educacional Especializado (AEE) do Instituto. Os resultados evidenciam desafios para a efetivação do ensino colaborativo conforme os moldes apresentados pela literatura, dentro do contexto da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ao mesmo tempo que apresenta iniciativas incipientes de colaboração entre Educação Especial e ensino comum nos campi participantes da pesquisa. As considerações finais destacam avanços importantes na construção de um ambiente mais inclusivo, mas também apontam a necessidade de ajustes na concepção e execução do Ensino Colaborativo dentro do Instituto.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado. Educação Profissional. Institutos Federais.

Abstract: This study aimed to analyze how collaborative teaching can serve as an effective support for the school inclusion of students who are the target audience of Special Education at the Instituto Federal Baiano (IF Baiano). To achieve this, an exploratory study with a qualitative approach was conducted, in which data were collected through semi-structured interviews with teachers from the Specialized Educational Assistance (AEE) program at the Institute. The results highlight challenges in implementing collaborative teaching as outlined in the literature within the context of Professional, Scientific, and Technological Education. At the same time, they reveal emerging initiatives fostering collaboration between Special Education and general education in the campuses involved in the research. The final considerations emphasize significant progress in creating a more inclusive environment while also pointing to the need for adjustments in the conception and implementation of Collaborative Teaching within the Institute.

Keywords: Specialized Educational Assistance. Professional Education. Federal Institutes.





Resumen: Este estudio tuvo como objetivo analizar cómo la enseñanza colaborativa puede ser un apoyo efectivo para la inclusión escolar de los estudiantes que son el público objetivo de la Educación Especial en el Instituto Federal Baiano (IF Baiano). Para ello, se llevó a cabo una investigación exploratoria con un enfoque cualitativo, en la que los datos fueron recopilados mediante entrevistas semiestructuradas con docentes del Servicio de Atención Educativa Especializada (AEE) del Instituto. Los resultados evidencian desafíos para la implementación de la enseñanza colaborativa según los modelos presentados en la literatura, dentro del contexto de la Educación Profesional, Científica y Tecnológica, al tiempo que revelan iniciativas incipientes de colaboración entre la Educación Especial y la enseñanza común en los campus participantes en la investigación. Las consideraciones finales destacan avances importantes en la construcción de un entorno más inclusivo, pero también señalan la necesidad de ajustes en la concepción y ejecución de la Enseñanza Colaborativa dentro del Instituto.

Palabras clave: Servicio de Atención Educativa Especializada. Educación Profesional. Institutos Federales.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar é um princípio fundamental da educação contemporânea, buscando a construção de escolas que atendam às necessidades educacionais de todos os estudantes, independentemente de suas especificidades. Esse movimento mundial, gestado na década de 1980 pelos Estados Unidos da América (EUA), ganhou força a partir da década de 1990, frente à publicação de documentos internacionais considerados marcos normativos. Entre eles, destacam-se a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994). Essas diretrizes fortaleceram o compromisso global com a inclusão, promovendo a adaptação dos sistemas educacionais para garantir uma aprendizagem equitativa e acessível a todos (Mendes, 2006).

Antes mesmo de aderir aos marcos normativos internacionais mencionados, o Brasil já demonstrava um compromisso com a inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial — ou seja, aqueles com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação — na escola comum. Esse direcionamento tornou-se evidente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a educação como um direito de todos (art. 205) e determinou a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208, inciso III).

Para fins de elucidação, apresentamos os conceitos de Educação Especial e de Atendimento Educacional Especializado (AEE), conforme estabelecidos na legislação brasileira. Segundo Brasil (2008), a Educação Especial constitui-se como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades da educação, sendo responsável pela oferta do AEE, pela disponibilização de recursos e serviços, bem como pela orientação quanto ao seu uso no processo de ensino e aprendizagem. Já o AEE é compreendido como parte integrante da Educação Especial, tendo como finalidade complementar ou suplementar a formação dos estudantes que constituem seu público-alvo.

Consequentemente a publicação da Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996) reafirmou o mesmo compromisso, assegurando que a educação dos estudantes público-alvo da Educação Especial — doravante chamados estudantes PAEE — ocorra, prioritariamente, na escola comum. Além disso, ao longo dos anos, diversas normativas foram promulgadas para fortalecer essa premissa, culminando na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-EI, 2008), que consolidou a inclusão como princípio norteador da educação no Brasil.



Destaca-se que essa política ampliou a oferta do AEE, consolidando-o como um suporte essencial para a efetivação da inclusão educacional, abrangendo desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, promovendo sua implementação de forma significativa nas redes municipais e estaduais de ensino através da criação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), espaços onde docentes especializados oferecem suporte pedagógico complementar e fortalecem a inclusão dos estudantes PAEE (Malheiro; Mendes, 2017).

Além da atuação na SRM o docente especializado pode atuar no Ensino colaborativo. Segundo Capellini e Zerbato (2019) o Ensino Colaborativo ou Coensino é um dos modelos de prestação de apoio à inclusão escolar, iniciado nos Estados Unidos na década de 1980. Ele consiste em uma parceria constante entre um professor do ensino comum e um professor especializado. Essa parceria possibilita a adaptação curricular, a diversificação dos recursos didáticos e o fortalecimento de práticas inclusivas, promovendo uma aprendizagem mais significativa para os estudantes.

Embora as redes municipais e estaduais de ensino tenham impulsionado a oferta do AEE a partir da PNEE-EI (2008), na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, essa implementação ocorreu de forma tardia. De acordo com Medeiros (2017), apenas em 2014 foram nomeados os primeiros professores de Educação Especial/AEE no contexto dos Institutos Federais, sendo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) a primeira instituição a contar com esses profissionais. No âmbito do IF Baiano, local desta pesquisa, o AEE foi implementado apenas em 2018. Essa implementação se deu com a criação do cargo "docente da Educação Básica Profissional e Tecnológica (EBTT) da área do Atendimento Educacional Especializado (AEE)" e a contratação, em regime efetivo, de 14 docentes, distribuídas uma por *campus*.

Esse retardamento da implementação do AEE nos Institutos Federais foi destacado no estudo de Lima e Silva (2023), o qual identificou uma significativa escassez de pesquisas voltadas a abordar o AEE e o ensino colaborativo nos Institutos Federais. Nesse contexto, este artigo, fruto de uma pesquisa de mestrado, busca analisar como o ensino colaborativo pode ser um suporte efetivo à inclusão escolar dos estudantes público-alvo da Educação Especial no Instituto Federal Baiano. Para isso, são discutidos os conceitos fundamentais dessa abordagem, sua aplicabilidade no contexto da educação profissional e os desafios enfrentados na sua implementação. A pesquisa busca contribuir para o fortalecimento de práticas pedagógicas que assegurem o direito à educação inclusiva e de qualidade para todos.

METODOLOGIA

Este artigo apresenta um recorte dos resultados de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano).

O IF Baiano, criado em 2008 pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal), vinculada ao Ministério da Educação. Essa rede é composta pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET-MG), Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, Colégio Pedro II e 38 Institutos Federais - entre eles o IF Baiano que conta com 14 unidades de ensino.

A pesquisa buscou contemplar as 14 unidades de ensino do IF Baiano, considerando que cada unidade contava com uma docente efetiva de AEE, contratada em 2018. O contato com as





docentes foi realizado por meio dos grupos institucionais de WhatsApp e e-mail. À época da coleta de dados, verificou-se que, das 14 docentes efetivas, 13 estavam em atividade, sendo que duas encontravam-se afastadas para qualificação, com substitutas em exercício. As docentes substitutas também foram consideradas, e todas as profissionais em atuação no período da pesquisa foram convidadas a participar. Ao final, 8 docentes aceitaram o convite e integraram o estudo.

A construção dos dados no campo da pesquisa teve início a partir da aprovação do Projeto no Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNEB em 02 de maio de 2022, de acordo com o Parecer 5.380.723.

A partir da aprovação prosseguimos o contato com os participantes através do e-mail institucional do IF Baiano e *WhatsApp* convidando-as a participar da pesquisa esclarecendo quanto aos seus objetivos, benefícios e riscos. Na ocasião enviamos o *link* para acesso ao questionário do *Google Forms* contendo o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) na primeira pergunta com alternativa de resposta “sim” ou “não”. Caso o participante respondesse “sim” seria direcionado a responder às perguntas pertinentes ao agendamento da entrevista. Caso respondesse “não” o questionário seria encerrado. Disponibilizamos no texto do e-mail e da mensagem WhatsApp o contato da pesquisadora para esclarecimentos adicionais que porventura se fizessem necessários.

Para a construção dos dados empíricos junto aos participantes da pesquisa foi utilizada uma entrevista semiestruturada. De acordo com Ludke e André (2018) a entrevista semiestruturada se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo ao entrevistador fazer as necessárias adaptações. Por possuir um roteiro bastante flexível, esse tipo de entrevista possibilita que o entrevistado discorra sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém, através da interação não hierárquica entre entrevistador e entrevistado.

Destaca-se que devido a localização geográfica distinta dos diferentes campi do IF Baiano, a pesquisa foi desenvolvida de forma remota. Desse modo, a entrevista foi realizada através de videoconferência. Segundo Schmidt, Palazzi e Piccinini (2020, p.962) “[...] o nível de conexão entre pesquisador e participante nas entrevistas *online* por videoconferência é similar às entrevistas presenciais potencialmente devido à utilização dos recursos de áudio e vídeo”.

Atualmente, existem diversas plataformas disponíveis para a realização de videoconferências, entre as quais se destacam *Google Meet*, *WhatsApp*, *Zoom* e *Microsoft Teams*. Diante dessa variedade de opções para a condução de entrevistas em pesquisas, Schmidt, Palazzi e Piccinini (2020, p. 963) apontam algumas considerações importantes para a escolha da plataforma:

No processo de escolha da plataforma, o pesquisador deve considerar as necessidades do estudo, a relação custo-benefício, a segurança do aplicativo, além do grau de dificuldade para acesso e familiarização com o aplicativo, pelo próprio pesquisador, mas sobretudo pelos participantes.

Com base nesses critérios, optamos pelo Microsoft Teams, pois essa plataforma foi amplamente utilizada pelo IF Baiano em aulas e reuniões remotas durante a pandemia da Covid-19, o que torna familiar aos participantes. Dessa forma, no dia e horário agendado a pesquisadora enviou o link de acesso a videoconferência via *WhatsApp* a cada participante. As entrevistas foram gravadas com consentimento de cada entrevistado e sob a garantia de servir apenas aos objetivos da pesquisa, sendo assegurado que apenas a pesquisadora teria acesso às gravações.



Os dados foram analisados com base na técnica de análise de conteúdo temática, conforme Bardin (2016), sendo organizados em quatro categorias analíticas: concepções sobre o ensino colaborativo, práticas desenvolvidas, desafios e limitações, e propostas de adaptação ao contexto da Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A categorização permitiu identificar diferentes níveis de compreensão e implementação do ensino colaborativo, bem como os fatores que influenciam sua efetivação nos campi pesquisados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para preservar a identidade das participantes, seus nomes serão omitidos e elas serão identificadas pelo código "Docente", seguido de um número correspondente à ordem em que aceitaram participar da pesquisa.

A partir da contratação das primeiras docentes especializadas o IF Baiano procurou regulamentar o AEE em âmbito local, publicando o documento intitulado "Regulamento do Atendimento Educacional Especializado no âmbito do IF Baiano" (Resolução Nº 19 de 18 de março de 2019). O documento lança-se a frente da atual legislação nacional, apresentando explicitamente Ensino Colaborativo como uma forma de atuação do docente de AEE e estabelecendo a previsão de uma reserva mínima de 4 horas semanais para sua efetivação. Frente a isso, as participantes foram questionadas quanto ao entendimento do conceito e a forma como o executam dentro do *campus* onde atuam. Destaca-se que cada participante atua em um *campus* distinto.

Nesse contexto, a docente 03 afirma:

Docente 03:

O ensino colaborativo, ele é a forma de trabalhar, promover a interação entre o docente do AEE e o docente da sala regular. E nesse contexto, essa interação pode ocorrer de diferentes formas: desde os dois juntos dentro da sala de aula regular, realizando uma atividade, uma aula, né? desenvolvendo um componente curricular juntos ou, até mesmo, com o público da Educação Especial, docente do AEE e docente da sala regular desenvolvendo também atividades com esse público específico. O que que eu percebo mais uma vez? A necessidade de formação docente pra que isso aconteça [...]. E quando a gente fala de Ensino Colaborativo, isso também fica latente, por que, muitas vezes, eu percebo aquela coisa assim: "Ah! O aluno é do AEE! Então, o AEE resolve!" E não é! Ele é da instituição. E se é da instituição, daí uma estratégia excelente que é o Ensino Colaborativo. Eu vejo que é um ganho! No nosso campus eu trabalho com alguns docentes no Ensino Colaborativo e assim... foi uma abertura muito legal, mas também há resistências. Como se o aluno não fosse de todos... vamos deixar ali! Ele não aprende...né? tem ainda essa visão arraigada culturalmente.

O discurso da participante evidencia que no seu *campus* os docentes do ensino comum ainda não estão abertos a estabelecer parceria com a docente especializada, pois ainda não se sentem responsáveis pela inclusão educacional dos estudantes PAEE. Nessa seara, Leoner (1999) *apud* Mendes, Vilaronga e Zerbato (2018) destaca entre os fatores cruciais para o desenvolvimento do Ensino Colaborativo, o voluntarismo, pois, caso não haja disponibilidade de um dos professores, a parceria não ocorrerá.

Destaca-se ainda na fala da docente 03 o fato da participante compreender que o Ensino Colaborativo pode se dar tanto na sala comum, quanto voltado especificamente para os estudantes PAEE. Tal compreensão destoa do previsto na literatura, pois, de acordo com o conceito apresentado



por Mendes, Vialonga e Zerbato (2018, p.76), o Ensino Colaborativo, ou Coensino, é definido como um modelo de serviço de apoio no qual um professor do ensino comum e um professor especializado compartilham a responsabilidade pelo planejamento, instrução e avaliação do ensino, atendendo a um grupo de estudantes com diferentes perfis. As autoras esclarecem:

[...] a proposta do ensino colaborativo não é o trabalho centrado no aluno com deficiência, ela tem como pressuposto que ambos os professores trabalhem com todos os alunos em sala, adequando-se as atividades para que todos os alunos tenham acesso e possam participar da atividade planejada para dar alcance ao currículo [...] para isso, é importante que o professor especializado seja um apoio **para todos e não exclusivo para o aluno com deficiência** (Vialonga, Zerbato, 2018, p.76) (grifo nosso).

Apesar de destoar do que está posto na literatura, a fala da docente 03 encontra amparo no Regulamento interno supracitado. Como é possível observar no excerto abaixo, o Regulamento do AEE no âmbito do IF Baiano entende que o ensino colaborativo pode ser direcionado especificamente aos estudantes PAEE:

§ 8º O ensino colaborativo consiste na parceria dialógica entre os docentes do ensino comum dos diferentes componentes curriculares e os docentes de educação especial e/ou de AEE, na qual todos dividem a responsabilidade de identificar, planejar, implementar e avaliar os serviços, recursos e estratégias pedagógicas utilizados para atender e **garantir a aprendizagem dos estudantes Público-Alvo do Atendimento Educacional Especializado (PAEE)** (IF Baiano, 2019, p. 8) (grifo nosso).

A docente 07 também apresentou uma compreensão do conceito diferente do preconizado na literatura. Ela compreende os diálogos pontuais e orientações passadas por ela aos professores do ensino comum como Ensino Colaborativo. Porém as autoras supracitadas enfatizam que o Ensino Colaborativo preconiza a presença física e constante do professor especializado na sala de aula comum, estabelecendo uma relação não hierárquica com o docente do componente curricular, de modo a juntos pensarem e executarem um plano de ensino para toda a turma.

Docente 07:

O Ensino Colaborativo, acredito eu, é o ensino onde tem essa troca do professor do atendimento especializado com o professor em sala de aula. [...] porque não adianta o aluno sair do atendimento especializado, sair com essa sua necessidade atendida, mas o professor que está lá na sala ele não flexibiliza [...] infelizmente às vezes é difícil de lidar porque muitos professores têm uma determinada forma de trabalhar, que funciona pra ele, mas que não vai funcionar pro aluno. [...] o aluno quando chega no atendimento especializado ele externaliza determinada dificuldade e aí você acolhe isso e quando você conversa com alguns professores eles se mostram resistentes a colaborar pra melhorar a sua metodologia pra contemplar aquele aluno [...]. E o Ensino Colaborativo ele esbarra aí, nessas questões. [...] os professores começaram a buscar o NAPNE pra externalizar essas dificuldades com relação aos alunos. E tem sido muito positivo. Nós temos uma aluna com baixa visão e os professores, eles tinham muita dificuldade e ela externalizava pra gente. Então, tinham professores que passavam artigos de 20 páginas em um pdf que não era o adequado. E a gente estava tendo que fazer a gravação de áudio, né? a audiodescrição dos materiais e às vezes se tornava cansativo pra gente e pra ela e os professores continuavam desse modo, aplicando a metodologia de sempre e não contemplando. Então, quando a gente começou a apresentar isso nas reuniões começou a ter uma mudança, um movimento de mudança no sentido de os professores buscarem mais o NAPNE. [...] por exemplo, eu não domino a língua inglesa. E teve uma atividade que a professora passou em língua inglesa e eu pedi pra ela: pró grava essas questões em áudio porque eu não sou falante fluente e isso pode comprometer a retenção do conteúdo por ela. A professora gravou prontamente em áudio e ainda disse assim: "ela pode responder também em áudio as questões". Então assim, nós estamos tendo algumas experiências exitosas, né? [...] É claro que é um trabalho muito de formiguinha, né? como a gente costuma dizer. Mas que dá frutos [...].



Por outro lado, a docente 01 expressa uma compreensão alinhada com o previsto na literatura. Realizando um comparativo entre teoria e prática ela chega à conclusão de que não trabalha nessa perspectiva.

Docente 01:

O Ensino colaborativo ele é uma alternativa para o processo de ensino, que trabalha a relação do profissional de Educação Especial, no caso o professor de AEE, com o professor da sala comum. É uma parceria, um envolvimento ali, muito presente e efetivo eu diria, porque ele tende a fazer esse diálogo muito mais aproximado, tem que ter uma relação muito mais próxima mesmo...mais ligada de proximidade, de diálogo, mas também de realização de atividades, né? Porque os dois trabalham numa parceria contínua. Aqui no campus a gente tem algumas iniciativas, mas, muito pouco nessa dimensão. A gente trabalha mais na perspectiva do Atendimento Educacional Especializado em sala de recursos multifuncionais e no ensino comum a gente trabalha com orientações, com diálogos...eu não diria que a gente trabalha na perspectiva do colaborativo! Porque o Ensino Colaborativo exige ou exigiria muito mais essa proximidade dos dois profissionais no diálogo constante com a turma inteira e a gente acaba fazendo diálogos um pouco mais unilaterais.

No mesmo viés, a docente 06 realiza um comparativo entre a teoria apresentada na literatura e a possível forma de execução dentro do contexto do seu *Campus*. De forma detalhada a participante explica como se dá a sua parceria com os docentes dos diferentes componentes curriculares dos cursos ofertados. Ela avalia que embora a realidade do Instituto não possibilite operar o Ensino Colaborativo nos moldes preconizados pela literatura, enquanto professora de Educação Especial orienta seu trabalho “na perspectiva do Ensino Colaborativo”.

Docente 06:

Bom, pelo que eu tenho lido sobre Ensino Colaborativo, ele é uma parceria dialógica, né? entre os professores de Educação Especial e os professores do Ensino Comum. [...] Só que de acordo com os estudos, esse professor ou essa professora de Educação Especial e esses professores aqui [dos componentes curriculares] eles precisam estar o tempo todo dialogando, planejando, organizando, aplicando as estratégias, usufruindo dos recursos, então é uma parceria além de dialógica de execução também na sala de aula, certo? [...]. Na efetividade aqui no Instituto Federal Baiano, eu tento trabalhar na perspectiva do Ensino Colaborativo. A gente não trabalha o Ensino Colaborativo porque tem uma professora de Educação Especial que sou eu e eu tenho em torno de mais de dez estudantes público-alvo da Educação Especial distribuídos em diferentes turmas. Então só aqui no campus, um aluno por exemplo, o aluno com cegueira ele tem quatorze professores. Só que daí eu tenho outra aluna com o Transtorno do Espectro Autista que está em outra turma em outro curso e ela tem outros quatorze professores. E eu não consigo estar o tempo todo na sala de aula ou do estudante cego ou do estudante com autismo ou da estudante com deficiência intelectual, ou do estudante surdo, não tem como! Por que tem uma professora só. Teria que ter uma professora para cada turma que tem um estudante com deficiência, TEA, enfim. Então aqui eu tento trabalhar na perspectiva do Ensino Colaborativo. O que que é isso? orientar os professores sobre as características do estudante, orientar os professores coletivamente [...]. Depois eu parto para o processo do Ensino Colaborativo individual, então é quando eu sento com o docente de um componente curricular específico e ele vai mostrar pra mim o seu plano de ensino e nos dois juntos vamos pensar em quais as atitudes que ele pode ter, as estratégias que ele pode ter, material que ele pode ter, o que que ele pode estar fazendo de ajustes na sua aula, nos seus slides, nos seus materiais, nos seus vídeos, pra atender as necessidades dos estudantes. E também nesse momento individual que eu tenho com o professor é o momento também que ele mostra pra mim uma aula dele [...] e ele vai falando e eu vou anotando, aí nesse momento é que a gente faz as trocas [...].





É oportuno lembrar que, conforme Capellini e Zerbato (2019), o Ensino Colaborativo teve início na década de 80 nos EUA, chegando os primeiros estudos ao Brasil no início dos anos 2000 através das pesquisas de Capellini (2004) e Zanata (2004). Segundo os autores, os documentos normativos e políticas da Educação Especial brasileiros ainda não garantem o Ensino colaborativo, embora apontem a importância da construção de um trabalho colaborativo. Na busca pela literatura voltada ao Ensino Colaborativo ou Coensino no Brasil, podem ser encontrados os estudos de Capellini (2004), Zanata (2004), Crippa (2012), Rabelo (2012), Viralunga e Mendes (2014), Mendes, Viralunga e Zerbato (2018) Capellini e Zerbato (2019); e diversos artigos científicos que relatam práticas de Ensino colaborativo na Educação infantil e no Ensino Fundamental, a exemplo de: Viralunga, Mendes e Zerbato (2016), König e Bridi (2019) e Silva e Viralunga (2021). Porém, os autores enfatizam que essas práticas representam casos pontuais, pois, o Ensino Colaborativo não é realizado pela maioria dos municípios brasileiros.

No contexto dos Institutos Federais os estudos sobre o Ensino Colaborativo são escassos. Diante da contextualização aqui realizada, é possível compreender as ressalvas feitas pelas docentes 01 e 06 quanto aos limites de aplicação do Ensino Colaborativo, conforme os moldes apresentados pela literatura, dentro da realidade dos seus *campi*.

Nessa seara a docente 04 reflete sobre a viabilidade do Ensino Colaborativo no contexto do IF Baiano.

Docente 04:

Eu acho assim que é imprescindível a questão da parceria, né? [...]. E assim, eu não penso Ensino Colaborativo só naquela questão daquele conceito mesmo que a gente vê lá, né? que a autora Ana Paula trás [Ana Paula Zerbato]. Mas assim, o ensino colaborativo de você tá planejando junto com professor, orientar o professor sobre esse planejamento inclusivo. E a gente sabe que a gente encontra muitas barreiras nesse processo. Então ter essa parceria é importante. E de que forma está acontecendo isso aqui? Eu tenho trabalhado mais o ensino colaborativo dessa forma, né? planejando com professor, marcando horários com ele, né? pra gente estar pensando junto nas atividades, pra que a gente possa atender essas particularidades desses alunos. E eu tenho visto que tem dado bastante certo, né? [...] até hoje eu ainda não consigo compreender como aplicá-lo nessa realidade do IF Baiano, né? Eu acho que as experiências que a autora trás é mais para o Ensino Fundamental. Eu não consegui ver isso, né? a gente atendendo 25 alunos por exemplo, colocar em prática isso de ir para a sala de aula fazer esse Ensino Colaborativo. Então, da forma que eu percebi, né? que tá sendo efetiva, que tá dando certo, é por meio realmente de orientações ao professor, ter essa troca com ele, né? de planejamento. Então acho que dessa forma aqui para atender nossas particularidades, eu acho que é mais viável [...]

A docente 05 endossa a discussão sobre os entraves da aplicação do Ensino Colaborativo, conforme os moldes da literatura, no contexto do IF Baiano. Ela relata uma experiência na qual tentou o Ensino Colaborativo dentro de um componente curricular.

Docente 05:

[...] o quantitativo de profissional docente de AEE pra abraçar a proposta do Ensino Colaborativo é inviável. A meu ver é inviável! Mas a gente tentou em algumas disciplinas estabelecer essa parceria quando a gente atendeu um aluno com transtorno mental [...]. Eu frequentei algumas aulas junto com a professora e com a estudante, tanto pra observar o estudante na sala de aula quanto pra entender a dinâmica da sala, e tivemos alguns encontros de diálogos após essa imersão na sala de aula. Então a gente tentou por uns três meses mais ou menos tentar fazer essa proposta do ensino colaborativo e deu certo. [...] E aí essa conversa, né? entre eu, o estudante e a professora, a gente conseguiu elaborar atividades diferenciadas, né? tanto pra estudante como pra turma toda também, mudar um pouquinho a forma didática



ca com que ela fazia a transferência do conhecimento e isso foi bom, foi avaliado positivamente tanto pela professora quanto pelo estudante e eu acredito que pra mim também foi uma experiência muito enriquecedora. No entanto, é complexo pensar, estabelecer essa atividade, né? na proposta do Ensino Colaborativo, com todas as disciplinas. Agora pensando em colaboração, sem ser Ensino Colaborativo, acontece muito, mesmo com as atividades sendo desenvolvidas na sala de recursos multifuncional. Aqui a gente disponibiliza um horário para atendimento a professor e quando temos casos de estudantes que a necessidade específica exige um pouco mais de conhecimento, de estudo, de adaptações a gente faz reuniões com o corpo docente, reuniões formativas, pra tirar dúvidas, pra falar sobre avaliação, falar sobre metodologias, falar sobre flexibilização curricular quando necessário. Então a gente tem essa parceria.

Capellini e Zerbato (2019, p.43) afirmam que “no Ensino Colaborativo não existe um modelo único para a organização do ensino”. A partir disso, as autoras apresentam seis níveis de colaboração, a saber: 1. um ensina e o outro observa, 2. um professor e o outro assistente, 3. estações de ensino; 4. ensino paralelo, 5. ensino alternativo e 6. equipe de ensino ou Ensino Colaborativo. Segundo as autoras, os dois primeiros níveis são utilizados com maior frequência no início da parceria e caso os dois docentes não consigam atingir um nível mais avançado de colaboração, possivelmente será difícil o Ensino Colaborativo ser efetivado. Tomando como base o apresentado pelas autoras, a colaboração relatada pela docente 05 atingiu apenas os dois primeiros níveis tendo em vista que a docente de AEE não chegou a ministrar o ensino, apesar de participar do planejamento e elaboração das atividades.

Concordando com o que foi pontuado com as demais participantes, a docente 08 levanta a necessidade de se discutir a proposta do Ensino Colaborativo no contexto do IF Baiano de maneira a adaptar as especificidades do Instituto.

Docente 08:

Eu acredito que o Ensino Colaborativo ainda é algo que está sendo construído e entendido por nós dentro do Instituto. [...] eu ainda não consigo ver tanta clareza nesse Ensino Colaborativo dentro do nosso regimento, né? Eu acho que ele precisa ser discutido como a gente trabalha. O meu entendimento pelo que já li, é a questão do professor também estar ali na sala de aula com o professor da sala comum em determinados momentos, auxiliando, acompanhando atendimentos individuais, né? além da orientação que a gente já faz, né? com o professor. Então no campus a gente tenta fazer da seguinte forma: eu oriento os professores, os colegas e também me disponho a estar em determinados momentos quando eles permitem e quando eles acham necessário. [...] Então eu acho que é importante, é uma perspectiva bacana mas que precisa ser discutida nesse contexto do Instituto, né? na nossa realidade, de estarmos na sala de aula, planejando...que a gente até consegue marcar de planejar com os docentes quando eles nos permitem mas, por exemplo, em visita técnica, o professor pode ir? pode! mas e se tiver várias com um único professor? entendeu? então eu acho que é a questão de ter uma equipe maior mas mesmo assim não vai ter professor de AEE suficiente, concursado, para atender tudo isso. Então a gente precisa discutir mais essa proposta e adequar a nossa realidade. Eu acredito que tem coisas importantes a serem aproveitadas, a serem implementadas, só precisa a gente adaptar. Entender melhor, discutir mais isso e adaptar a nossa realidade por que eu sinto como se cada uma estivesse fazendo algo diferente no seu campus e a gente não tá conseguindo entrar num denominador comum de como realmente isso se desenvolve, né?

Observou-se que o nível de parceria entre AEE e ensino comum tem variado entre os *campi* do Instituto. Foram mencionadas as seguintes iniciativas: colaboração para o planejamento do ensino, docente AEE orientando os demais professores quanto às necessidades dos estudantes, realiza-





ção de atendimentos aos estudantes PAEE através da colaboração entre o docente AEE e docentes dos componentes curriculares, presença física do docente AEE na sala comum para auxiliar o docente do componente a pensar estratégias favoráveis à inclusão. Mesmo nos *campi* onde a parceria está mais bem estabelecida, é possível observar nos discursos das docentes de AEE a presença de uma relação hierárquica, na qual o docente de AEE ainda não dispõe de plena autonomia, necessitando pedir permissão para adentrar a sala e fazer sugestões ou ir a procura dos docentes dos componentes curriculares para oferecer orientações frente às dificuldades relatadas pelos estudantes PAEE.

Com base no que foi pontuado pelas participantes a efetivação do Ensino Colaborativo no IF Baiano esbarra nos seguintes entraves: 1. falta de formação corpo docente quanto a proposta, 2. falta de disponibilidade dos docentes do ensino comum para estabelecer a parceria, 3. escassez de docentes de Educação Especial/AEE para atender a multiplicidade de componentes curriculares dos cursos ofertados, 4. limitações da formação do docente especializado frente a complexidade dos componentes curriculares da Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT).

Apesar dos entraves relatados, todas as participantes concordam quanto à necessidade de parceria constante entre o docente de AEE e os docentes do ensino comum, em favor da inclusão educacional dos estudantes PAEE. Nesse contexto, torna-se pertinente à sugestão da docente 08 quanto a promoção de diálogos no sentido de se discutir a implementação do Ensino Colaborativo no âmbito do IF Baiano dadas as especificidades da EPCT e do próprio Instituto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresenta os resultados de uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa que teve como objetivo investigar de que forma o ensino colaborativo pode contribuir efetivamente para a inclusão escolar dos estudantes público-alvo da Educação Especial no Instituto Federal Baiano (IF Baiano). A coleta dos dados empíricos foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com as participantes da pesquisa. Ressalta-se que o estudo contou com a participação de docentes do Atendimento Educacional Especializado (AEE) de 8 dos 14 campi do IF Baiano.

Considerando os relatos das docentes e a literatura sobre o Ensino Colaborativo, é evidente que há uma discrepância entre o conceito teórico e sua implementação prática nos campi do IF Baiano. Enquanto a literatura enfatiza a presença constante do professor especializado em sala de aula, colaborando ativamente com o docente do ensino comum no planejamento, instrução e avaliação para toda a turma, as participantes da pesquisa destacam desafios estruturais que dificultam a adoção plena desse modelo.

A fala das docentes evidencia que o Ensino Colaborativo, nos moldes descritos por Mendes, Vialonga e Zerbato (2018), ainda não é uma realidade consolidada dentro do IF Baiano. A falta de profissionais suficientes para acompanhar a diversidade de estudantes PAEE, bem como as barreiras culturais e institucionais, impõe limites à sua aplicação. Nesse sentido, muitas docentes mencionam trabalhar na “perspectiva do Ensino Colaborativo”, o que envolve práticas como orientação aos docentes do ensino comum, planejamento conjunto e adaptação de materiais, mas sem a presença constante na sala de aula.

As experiências relatadas revelam avanços importantes na construção de um ambiente mais inclusivo, mas também apontam a necessidade de ajustes na concepção e execução do Ensino Colaborativo dentro do Instituto. Algumas docentes mencionam experiências bem-sucedidas em cola-



boração com professores do ensino comum, destacando mudanças metodológicas positivas, ainda que limitadas a interações pontuais.

Outro ponto relevante é a necessidade de formação continuada para os docentes do ensino comum, uma vez que a resistência de alguns professores à flexibilização das práticas pedagógicas foi citada como um obstáculo recorrente. A formação poderia contribuir para a desconstrução da visão de que a responsabilidade pelo estudante PAEE recai exclusivamente sobre o docente de AEE, promovendo a compreensão de que a inclusão é uma responsabilidade institucional.

Diante do exposto, torna-se fundamental repensar as estratégias de implementação do Ensino Colaborativo no IF Baiano. Adaptar esse modelo à realidade do Instituto pode significar estabelecer diretrizes mais claras para a parceria entre docentes, garantindo momentos estruturados de planejamento conjunto e investindo em capacitações para toda a equipe pedagógica. Além disso, a ampliação do quadro de profissionais especializados poderia viabilizar uma presença mais efetiva na sala de aula, aproximando a prática do conceito idealizado na literatura. Assim, embora os desafios sejam evidentes, os relatos das docentes indicam um caminho possível para o fortalecimento do Ensino Colaborativo dentro do IF Baiano.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 25 nov. 2021.

BRASIL/MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Brasília: MEC/Seesp, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF, 29 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 11 de dez. 2021.

BRASIL. **Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 de dez. de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 08 de fev. de 2022.

CAPELLINI, Vera L. Messias Fialho; ZERBATO, Ana Paula. **O que é ensino colaborativo**. São Paulo: Edicon, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. **Resolução nº 19, de 18 de maio de 2019**. Aprova o Regulamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Salvador, 2019b. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/lapa/files/2019/12/Resolucao-19-2019.pdf>. Acesso em: 27 de set. de 2022.

LIMA, Tatiane da Silva; SILVA, Osni Oliveira Noberto da. Ensino Colaborativo como apoio à inclusão escolar dos estudantes público-alvo do Atendimento Educacional Especializado nos Institutos Federais de Educação: uma revisão sistemática. **Revista Povos, Diversidade e Educação**, v. 2, p. 1-19, 2023.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U, 2018.



MALHEIRO, Cícera A. Lima; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Sala de Recursos Multifuncionais:** Formação, Organização e Avaliação. 1.ed. Jundiaí: Paco, 2017.

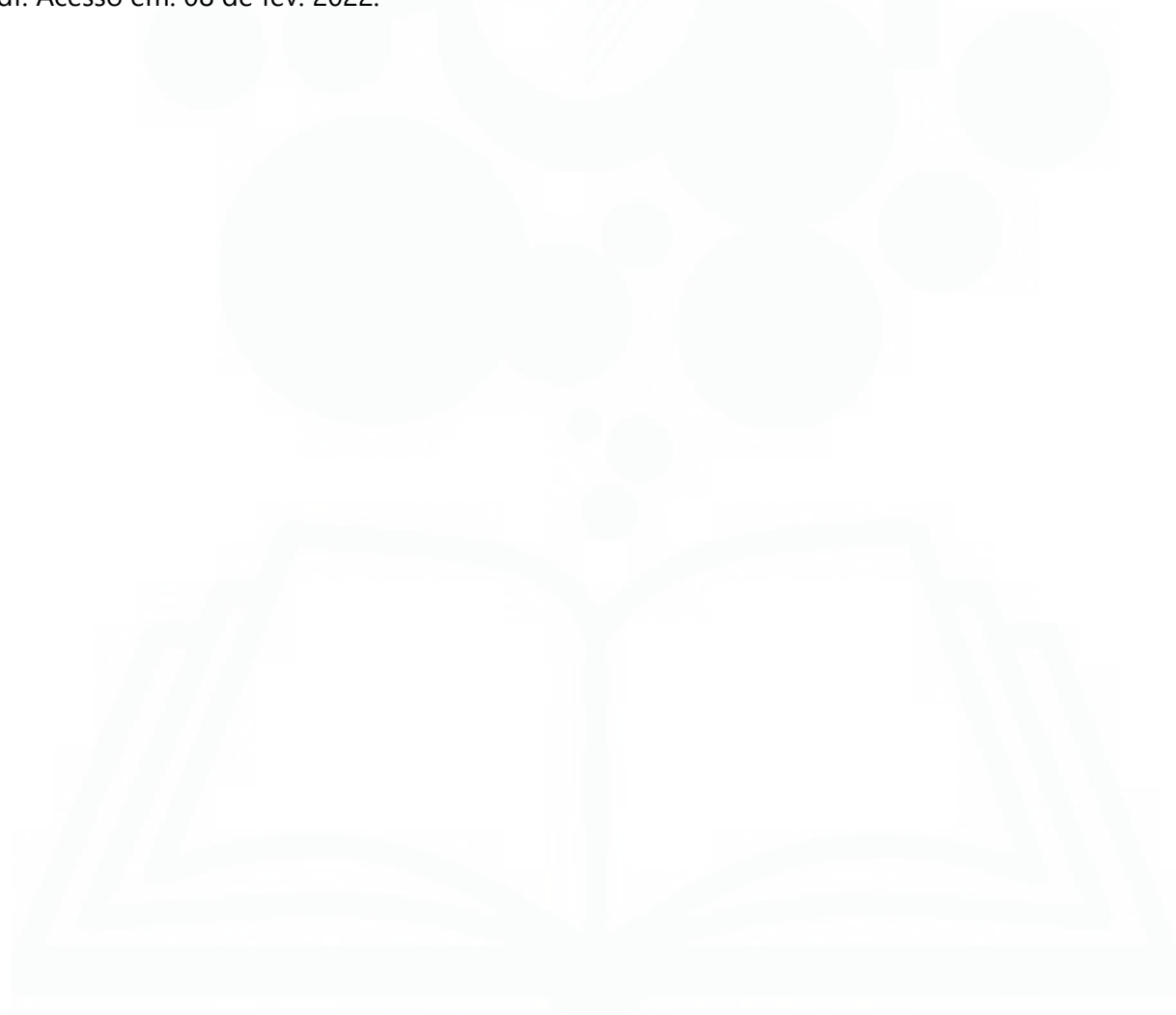
MEDEIROS, Bruna de Assunção. **O fazer pedagógico do professor de Educação Especial/AEE no Instituto Federal Farroupilha:** desafios da inclusão. 2017.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria RS, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/13164>. Acesso em: 27 jul. 2021.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v.11, n. 33, p.387-559, set./dez. 2006.

MENDES, Enicéia Gonçalves; VIRALONGA, Carla Ariela Rios; ZERBATO, Ana Paula. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar:** Unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: EduUFSCar, 2018. 160 p. ISBN: 978857600383-0.

SCHMIDT, Beatriz; PALAZZI, Ambra; PICCININI, Cesar Augusto. Entrevistas online: potencialidades e desafios para coleta de dados no contexto da pandemia de COVID-19. **REFACS**, Uberaba, MG, v. 8, n. 4, p. 960-966, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4979/497966365017/497966365017.pdf>. Acesso em: 08 de fev. 2022.



contrapontos

